

CAIUÁ SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.

CNPJ nº 61.584.140/0001-49

Companhia Aberta

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 2000
(SUMÁRIO DE FATOS, ART. 130 § 1º DA LEI 6.404/76)**

1. Data, Hora e Local: 29 de março de 2000, às 9:00 horas, na sede social, na Avenida Paulista, nº 2.439, 5º andar – São Paulo – SP. **2. Mesa:** Presidente – Jorge Queiroz de Moraes Júnior - Secretário – Plácido Gonçalves Meirelles. **3. Presença:** Acionistas representando mais de 2/3 do capital social total, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas. **4. Convocação:** Edital de convocação publicado nos dias 21, 22 e 23 de março de 2000, no Diário Oficial do Estado de São Paulo e jornal Gazeta Mercantil. **5. Ordem do Dia:** Aprovação pela Sociedade de emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, com as seguintes principais características: (i) o valor total da Emissão é de até R\$ 167.000.000,00 (cento e sessenta e sete milhões de reais), sendo representada por até 167.000 (cento e sessenta e sete mil) debêntures não conversíveis em ações, não endossáveis, de espécie com garantia flutuante, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), acrescido da remuneração de 105% (cento e cinco por cento) CDI, calculada *pro rata temporis*; e, b) Outros assuntos de interesse social. **6. Deliberações:** A Assembléia Geral, por decisão unânime dos presentes: **6.1.** Aprovou a proposta do Conselho de Administração para 3ª Emissão Pública de Debêntures simples, não-conversíveis em ações, para distribuição pública, visando ao desenvolvimento do objeto social da Companhia, de acordo com as seguintes condições: **1. Data da Emissão:** A data da emissão das Debêntures será 01 de abril de 2000. **2. Valor Total da Emissão:** O valor total da Emissão, em 01 de abril de 2000 será de R\$ 167.000.000,00 (cento e sessenta e sete milhões de reais). **3. Séries:** As Debêntures serão emitidas em série única. **4. Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas 167.000 (cento e sessenta e sete mil) Debêntures para distribuição pública. **5. Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures, na data de emissão, será de R\$ 1.000,00 (um mil reais). **6. Forma e Espécie:** As Debêntures serão do tipo simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais, da espécie com garantia flutuante, nos termos do artigo 58 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976. **7. Condições de Subscrição e Integralização:** As Debêntures serão subscritas e pagas, no ato da subscrição, pelo seu valor nominal, acrescido da remuneração tratada no item 9, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização. O preço de subscrição será pago à vista, em moeda nacional. **8. Procedimento de Distribuição:** As Debêntures serão objeto de colocação pública primária e será adotado o procedimento diferenciado previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80, com registro para negociação no mercado secundário através da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC. **9. Remuneração:** As Debêntures serão remuneradas com taxa de juros flutuante, referenciada na taxa de juros de Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia - Extra Grupo (Taxas DI), calculadas e divulgadas pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, capitalizada de um *spread*, base 252 dias, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, se for o caso, para o período compreendido entre o início,

inclusive, e o fim, exclusive, do respectivo Período de Incidência de Remuneração. Para o primeiro Período de Incidência de Remuneração, compreendido entre 01.04.2000 e 01.10.2001, fica desde logo, definida a remuneração equivalente a 105,00% da variação da taxa de juros de Depósitos Interfinanceiros, ao ano, base 252 dias. Para os demais Períodos de Incidência de Remuneração, as Debêntures serão remuneradas com taxa de juros a ser definida pelo Conselho de Administração da EMISSORA, conforme item 14 abaixo. A remuneração das Debêntures será determinada aplicando-se a fórmula abaixo:

$$J = VN \times \left\{ \prod_{i=1}^f \left[\left(id \times \frac{S}{100} \right) + 1 \right] - 1 \right\}$$

onde: **J** = é o valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização; **VN** = é o valor nominal da Debênture no início do Período de Capitalização ou o saldo do valor nominal; $\prod_{i=1}^f$ = é o produtório de "f" termos, referente ao número de dias contidos entre o início, inclusive, e o final, exclusive, de cada período de capitalização; **f** = número total de taxas de juro de Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia – extra grupo, calculada e divulgada pela CETIP, nos dias contidos entre o início, inclusive, e o fim, exclusive, de cada Período de Capitalização; **S** = o spread será de 105,00% para o primeiro Período de Incidência de Remuneração das Debêntures; **id** = taxas CETIP, expressa ao dia, verificadas nos "f" dias entre o início do Período de Capitalização, inclusive, e o fim do Período de Capitalização, exclusive, e obtidas a partir da seguinte fórmula:

$$id = \left[\left(\frac{\text{Taxa CETIP}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} \right] - 1$$

onde: **Taxa CETIP** = taxa média de depósitos interfinanceiros - DI de um dia – extra grupo da CETIP, expressa em percentual ao ano. Define-se: a) Período de Incidência de Remuneração – intervalo de tempo durante o qual a taxa de remuneração permanece inalterada; b) Período de Capitalização – intervalo de tempo que se inicia na data de emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento de juros, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de juros, exclusive, correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os juros correspondentes aos Períodos de Capitalização serão devidos anualmente, a contar da Data de Emissão, vencendo-se no primeiro dia útil de abril de cada ano, até a Data de Vencimento das Debêntures, qual seja, 01 de abril de 2005. Para efeito das cláusulas e condições estabelecidas na Escritura de Emissão, adotar-se-á o procedimento abaixo na ocorrência das seguintes hipóteses: a) A utilização da Taxa de Depósitos Interfinanceiros de um dia deverá considerar o número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo; b) Na indisponibilidade temporária da Taxa de Depósitos Interfinanceiros por prazo não superior a 5 dias úteis, será utilizado automaticamente, em sua substituição, a última taxa divulgada disponível, não cabendo, quando da divulgação e adoção da taxa devida, qualquer reembolso, tanto por parte dos debenturistas, quanto por parte da Emissora; c) A indisponibilidade temporária da Taxa de Depósitos Interfinanceiros por prazo superior a 5 dias úteis exigirá a realização de Assembleia Geral Especial de Debenturistas, convocada pelo Agente Fiduciário exclusivamente para a definição, de comum acordo com a Emissora, do procedimento a ser adotado em relação à remuneração das Debêntures; e d) Na extinção ou impossibilidade legal de aplicação da Taxa de Depósitos Interfinanceiros às Debêntures, será utilizado em sua substituição o parâmetro legal que vier a ser determinado, se houver. Na sua ausência, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas, de comum acordo com a Emissora, para deliberação, no prazo máximo de 30 dias, do novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser proposto pela Emissora. As condições de remuneração definidas acima terão período de incidência da data de emissão até 1º de outubro de 2001, data da 1ª repactuação. **10. Amortização Programada:** O principal das Debêntures será pago em cinco parcelas anuais, cada uma correspondendo a 20% (vinte por cento) do Valor Nominal Unitário, em 1º de abril de 2001, 1º de abril de 2002, 1º de abril de 2003, 1º de abril de 2004 e 1º de abril de 2005, ou na hipótese de aquisição obrigatória das Debêntures na Repactuação. **11. Data de Vencimento:** O prazo das Debêntures será de 5 (cinco) anos, vencendo-se, portanto, em 1 de abril de 2005. **12. Vencimento Antecipado:** O Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes da Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora do valor do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido de juros até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência dos seguintes fatos:

a) não pagamento do principal ou juros devidos em razão das Debêntures nas respectivas datas de vencimento; b) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora, cujo valor global inadimplido ultrapasse R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for cancelado ou ainda se prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 3 (três) dias de sua ocorrência; c) pedido de concordata preventiva formulado pela Emissora; d) liquidação ou decretação de falência da Emissora; e) falta de cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, não sanada em 30 (trinta) dias, contados o aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário; f) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora de valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais); g) alteração estatutária, modificação ou alienação do controle acionário da Emissora, bem como reorganização societária envolvendo a Emissora e/ou seus ativos, que possa, de qualquer forma, afetar, direta ou indiretamente, o integral cumprimento das obrigações da Emissora previstas na Escritura de Emissão, no razoável critério do Agente Fiduciário; e h) início de execução de garantia prestada pela Emissora em favor de terceiros, de valor superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), salvo se a execução tiver sido proposta por comprovado erro ou má fé, ou se for suspensão ou extinta em até 10 (dez) dias úteis contados da citação da Emissora.

13. Negociação: As Debêntures terão registro para negociação no mercado secundário por meio da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC.

14. Repactuação: Caberá ao Conselho de Administração da Emissora deliberar sobre as condições de repactuação das Debêntures, aprovando o novo prazo de duração do Período de Incidência de Remuneração e as condições da remuneração. As deliberações do Conselho de Administração sobre as condições de repactuação, serão comunicadas pela Emissora, por intermédio de publicação, até 10 dias antes do encerramento de cada Período de Incidência de Remuneração, informando: a) o prazo do próximo "Período de Incidência de Remuneração", obedecendo o prazo mínimo estabelecido pela legislação pertinente; b) a modalidade e percentuais da taxa de remuneração a vigor durante o próximo "Período de Incidência de Remuneração"; c) as datas de vencimento e pagamento de juros e da sobretaxa, se houver; e d) a data limite em que os debenturistas, que não concordem com as novas condições fixadas pelo Conselho de Administração da Emissora, para o novo Período de Incidência de Remuneração, deverão manifestar junto à CBLC ou à Emissora sua opção de exercer o direito de venda de suas Debêntures para a Emissora, devendo tal data ser fixada em, no mínimo, 5 (cinco) dias após a data da publicação das condições da repactuação. A Emissora obriga-se a adquirir a totalidade das Debêntures nas datas de encerramento de cada Período de Incidência de Remuneração, dos debenturistas que não aceitarem as condições fixadas pelo Conselho de Administração, pelo saldo do Valor Nominal Unitário da Debênture, acrescido dos rendimentos calculados *pro rata temporis* definidos para o período vencido, calculados desde a Data de Emissão, ou do último pagamento de juros, até a data do seu efetivo pagamento.

15. Resgate Facultativo: A Emissora poderá, a qualquer tempo, observado o prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de emissão, por decisão de seu Conselho de Administração, e mediante aviso prévio de 15 (quinze) dias aos Debenturistas, adquirir as Debêntures desta emissão em circulação no mercado, total ou parcialmente, neste último caso mediante sorteio, e por preço não superior ao seu saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da remuneração prevista no item 9 acima, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei 6.404/76. As Debêntures objeto desse procedimento poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Sociedade ou ser novamente colocadas no mercado.

16. Local de Pagamento: Os pagamentos referentes ao principal, rendimentos e outros valores aos Debenturistas serão efetuados pela Sociedade, por intermédio da CBLC, ou em sua sede, ou ainda, no Banco Itaú S.A., Instituição Financeira Depositária das Debêntures.

17. Garantias Adicionais: As Debêntures gozarão ainda de garantia adicional consistente em fiança a ser outorgada pelas sociedades DENERGE – Desenvolvimento Energético S.A. e Empresa de Eletricidade Vale Parapanema S.A. (conjuntamente, as "Garantidoras"). Tal fiança garantirá solidariamente as obrigações assumidas pela Emissora oriundas da presente Emissão, sendo irrevogável e irretroatável para todos os efeitos legais, devendo as Garantidoras renunciar, desde já, aos benefícios previstos nos artigos 1.491, 1.498, 1.499, 1.500, 1.502, 1.503 e 1.504 do Código Civil Brasileiro, artigos 261 e 262 do Código Comercial Brasileiro e artigo 595 do Código de Processo Civil. Aos Debenturistas será concedida a "Faculdade de Dação em Pagamento", a ser exercida no caso desta Sociedade inadimplir as obrigações representadas pelas Debêntures, sendo que os referidos Debenturistas poderão pagar suas contas de energia elétrica faturadas por esta Sociedade, pela Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA e pela Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT (coletivamente as "Anuentes"), junto às referidas sociedades e junto aos bancos integrantes da rede arrecadadora, mediante dação de tantas Debêntures quantas forem necessárias para o pagamento do valor das contas de energia elétrica, utilizando-se para fins de cálculo da quantidade de Debêntures objeto da dação, o saldo do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures,

remuneração e encargos moratórios, na data do exercício da Faculdade de Dação em Pagamento. Em remuneração à concessão da Faculdade de Dação em Pagamento, cada uma das Anuentes deverá fazer jus a uma remuneração no valor correspondente a 0,5% do saldo devedor das Debêntures, a ser paga pela Emissora no momento da integralização das Debêntures. A referida remuneração terá sua taxa e período de incidência repactuadas nas datas de cada Repactuação das Debêntures. **18. Publicidade:** Todos os atos e decisões decorrentes desta Emissão, que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser veiculados, na forma de aviso, no jornal "Gazeta Mercantil – edição nacional". **6.2.** Autorizou a Diretoria, observando-se a forma de representação da Sociedade prevista no artigo 29 de seu Estatuto Social, a contratar, uma ou mais instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais, para a distribuição e colocação pública das debêntures, bem como a nomear e contratar o agente fiduciário para a sua Emissão, celebrando a competente Escritura de Emissão, tomando junto aos órgãos governamentais, autarquias, entidades públicas e privadas em geral, todas as providências necessárias para a emissão das debêntures, nos termos das deliberações tomadas nessa Assembléia. **6.3.** Ficou delegado ao Conselho de Administração a eventual deliberação de alterações sobre as condições de que tratam os números VI a VIII do artigo 59 da Lei nº 6.404/76. **7. Documentos Arquivados na Sede Social:** Edital de Convocação, Proposta do Conselho de Administração. **8. Encerramento:** Oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e suspensa a assembléia pelo tempo necessário à impressão desta ata, a qual, após ter sido reaberta a sessão, foi lida, achada conforme e assinada pelos acionistas presentes. São Paulo, 29 de março de 2000. (a.a.) **Presidente** – Jorge Queiroz de Moraes Júnior. **Secretário** – Plácido Gonçalves Meirelles. **Acionistas:** Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A., neste ato representada por seus Diretores Jorge Queiroz de Moraes Júnior e Sebastião Bimbati, Jorge Queiroz de Moraes Júnior, Sebastião Bimbati, Plácido Gonçalves Meirelles e José Alberto Artigas Giorgi. Declaramos que a presente é cópia fiel extraída do original. **Jorge Queiroz de Moraes Júnior - Presidente. Plácido Gonçalves Meirelles - Secretário. Registrada na Jucesp em 30.03.2000 sob nº 58299/00-2 - Secretária Geral: Arlete S. Faria Lima.**